

Entrevista com Maria da Glória Oliveira

Maria da Glória Oliveira é professora de História da Historiografia, Teoria e Metodologia da História, do Departamento de História e Relações Internacionais/UFRRJ e professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em História (PPHR/UFRRJ) e do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/UFRRJ). É mestre em História pela UFRGS, e doutora em História Social pela UFRJ, com a tese "A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista", vencedora do Prêmio ANPUH-RJ 2010, com publicação pela Editoras FGV/EDUR. É pesquisadora líder do HISTOR (Núcleo de Pesquisas de Teoria da História e História da Historiografia). Recentemente tem voltado suas pesquisas para as teorias decoloniais e estudos de gênero. Publicou nos últimos anos dois textos que tiveram bastante repercussão, *Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia* (2018) e *A História disciplinada e seus "outros": reflexões sobre as (in)utilidades de uma categoria* (2019), propondo reflexões acerca da história da historiografia a partir de perspectivas feministas decoloniais.

Entrevista concedida via correio eletrônico a **Henrique Rodrigues Caldeira** e **Laura Jamal Caixeta**, discentes na linha de Cultura e Ciência na História, do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG e membros da Comissão Editorial da Revista Temporalidades.

[Revista Temporalidades] Sabemos que, desde a segunda metade do século XX, as teóricas feministas e os estudiosos do gênero se propuseram a repensar e questionar a crença numa estrutura naturalizada do fazer historiográfico científico como um empreendimento pretensamente universal, objetivo e neutro. Entretanto, em seu texto "A história disciplinada e seus "outros"", a partir do diálogo empreendido por você com a produção de Eleni Varikas, entendemos que a categoria de gênero foi e ainda é utilizada para produção de análises mais descritivas do que propriamente

analíticas e interpretativas, fortalecendo o processo de guetização dessa área de estudos. Como promover um uso da categoria de gênero que coloque em jogo sua potência crítica mais radical?

[Maria da Glória Oliveira] A guetização dos estudos de gênero e da história das mulheres não é nenhuma novidade e, paradoxalmente, acompanha a própria ampliação e consolidação dessa área de pesquisa, na medida em que esses estudos passam a delimitar um “nicho” ou uma agenda específica de problemas. Antes mesmo de Eleni Varikas usar essa expressão, a própria Joan Scott já chamava a atenção para o paradoxo da perda da potencialidade crítica da categoria de gênero no início dos anos 1990. Um dos sinais mais evidentes desse processo está na fraca institucionalização do ensino sobre relações de gênero em todos os níveis de educação, da escola fundamental ao espaço universitário. Nos cursos de graduação na área das Humanidades, por exemplo, os conteúdos relacionados a gênero costumam ser abordados em disciplinas ofertadas em caráter optativo/eletivo que costumam atrair predominantemente discentes do sexo feminino e/ou LGBTQI. É muito comum o desinteresse, e até mesmo um certo desdém, dos alunos do sexo masculino para esses assuntos, considerados “particulares” ou demasiadamente “parciais”, frente às questões consideradas “universais”. Tomando o contexto universitário brasileiro, quantos cursos de graduação em História incluíram alguma disciplina sobre gênero e/ou história das mulheres como componentes obrigatórios de suas grades curriculares? Como mencionei acima, essa falta de centralidade institucional se torna ainda mais surpreendente se considerarmos que, atualmente, a área de estudos de gênero possui indicadores robustos no Brasil, com a produção de pesquisa consistente e volumosa que pode ser acessada em periódicos científicos qualificados, eventos consolidados internacionalmente e programas de pós-graduação específicos. Poderíamos pensar que, diante desse problema, um movimento semelhante ao que deu visibilidade às demandas das lutas antirracistas com a Lei 10639/03 que estabeleceu, há dezesseis anos, a obrigatoriedade do ensino da história da África, talvez fosse a solução. No caso dos estudos de gênero e da história das mulheres, penso que há algumas peculiaridades que tornam essa conquista mais complexa. Isso porque, para tornar o ensino das relações de gênero obrigatório, talvez seja necessário enfrentar uma resistência que está instalada no âmbito disciplinar, ou seja, dentro das próprias áreas de conhecimento. No caso da História, entendo que o caráter suplementar ainda atribuído aos estudos de gênero está associado, em grande parte, a certos pressupostos tácitos da chamada história

social que, tradicionalmente, privilegiou recortes de análise baseados no conceito de classe como categoria explicativa central. Assim, não é incomum encontrar historiadore(a)s que defendem a análise das “relações sociais” como perspectiva mais ampla, totalizadora e, portanto, mais “nobre” dos fenômenos do que aquela que leva em conta os modos como o sexo, a sexualidade, e aí podemos incluir também a cor da pele, estruturam as experiências e as relações dos indivíduos e coletividades. Portanto, em um primeiro momento, essa externalidade dos problemas de gênero pode ser explicada pela dinâmica própria da constituição disciplinar dos saberes e pela partilha de temas, objetos, problemas e categorias teóricas que definem as especialidades de pesquisa nas grandes áreas de conhecimento. Não podemos esquecer que essa partilha define aquilo que Foucault chamou de “economia dos discursos de verdade” que estaria na base do funcionamento do próprio corpo social perpassado por múltiplas relações de poder. Por outro lado, é necessário mencionar que, no caso da História, essa guetização se torna menos natural e, portanto, mais surpreendente, quando consideramos que em disciplinas afins, como a Sociologia e a Antropologia os impactos do movimento e do pensamento feminista podem ser identificados em debates teóricos acumulados desde, pelo menos, as últimas três décadas. Para citar um exemplo, no caso específico da Ciência Política, o aporte do pensamento feminista, desde os anos 1980, tornou-se um componente crucial e renovador, por conta do questionamento que os feminismos promoveram quanto ao próprio significado do político como categoria conceitual. Não se trata, portanto, de um corpo teórico alternativo ou da introdução da categoria de gênero como um simples adendo da disciplina. Na tentativa de responder a sua pergunta, eu diria que um dos caminhos possíveis para a historiografia superar a usual resistência e fazer um uso mais radical da categoria de gênero esteja no diálogo interdisciplinar, ou seja, através da abertura e de um contato mais próximo e produtivo com áreas de conhecimento em que os movimentos sociais feministas e LGBTQs talvez tenham provocado impacto mais efetivo e radical.

[RT] “Parem de falar em línguas, parem de escrever com a mão esquerda. Não cultivem suas peles coloridas, nem suas línguas de fogo se quiserem prosperar num mundo destro” (ANZALDÚA, 1981, P. 30). A afirmação de Gloria Anzaldúa nos traz algumas indagações. Se a teoria, enquanto produto da modernidade e da colonialidade, como nos sugere Linda Alcoff, espelha a produção de desigualdades;

como os sujeitos canhotos, marginalizados pelas bases da epistemologia dominante, produzem conhecimento num mundo destro? Pensando no caso das primeiras historiadoras brasileiras, por exemplo, estariam elas se ajustando a um discurso hegemônico pautado em sua exclusão?

[MGO] A questão articula problemas que, em minha percepção, representam desafios centrais para as ciências humanas hoje. Esses desafios se acumulam há algumas décadas a partir dos debates em torno da condição pós-colonial, das subjetividades dos sujeitos subalternos e da chamada descolonização do conhecimento e, é importante destacar, o seu impacto crítico mais radical vem afetando de modo desigual as disciplinas da grande área das humanidades. Uma autora como Gloria Anzaldúa, citada na sua pergunta, ainda é pouco conhecida entre o(a)s historiadore(as) brasileiro(a)s, embora a sua obra remonte aos anos 1980, no contexto de eclosão nos EUA do chamado feminismo da diferença ou interseccional, em que despontaram figuras como a de Audre Lorde e bell hooks, cujos textos começaram a ser traduzidos no Brasil mais recentemente. Quando tomamos contato com essas escritoras, o que está em jogo não é apenas a afirmação das suas experiências como mulheres intelectuais negras, mestiças (como Anzaldúa) e, por conseguinte, sujeitos subalternos historicamente emudecidos, mas a radicalidade da crítica às formas hegemônicas de linguagem para descrever e elaborar essas experiências. Quando Gayatri Spivak apontou para certa impossibilidade de uma resposta plenamente afirmativa para a pergunta “pode o subalterno falar?”, estava chamando a atenção para os processos históricos de violência epistêmica que implicaram a hierarquização e a exclusão de sujeitos e de formas de conhecimento. É necessário considerar que essa violência epistêmica somente adquire eficácia estrutural na medida em que se perpetua tacitamente através da memória disciplinar e do ensino. Para citar um exemplo mais próximo da minha área de atuação acadêmica, podemos tomar a chamada “teoria da história”, oferecida como conteúdo curricular obrigatório dos cursos de formação dos profissionais da História. Embora haja uma resistência a nomeá-la como “epistemologia” da História, trata-se de uma matéria que aborda as especificidades e/ou as condições de possibilidade do conhecimento produzido pelos historiadores. Pois bem, a célebre noção de “operação historiográfica”, de Michel de Certeau, autor canônico dos programas de teoria, talvez seja aquela que conquiste maior consenso entre os praticantes do ofício na contemporaneidade, ciosos na defesa da “história-ciência”, na medida em que evoca uma tríplice face para Clio: a História não é *apenas* um gênero textual

narrativo, como nos lembrou Paul Veyne ao retomar a sua conformação antiga seminal, mas é efeito da dinâmica indissociável envolvendo um lugar social, um conjunto de práticas e de uma escrita. Mas fica a questão: quem é o sujeito que opera nos lugares, efetua as práticas e a escrita nos processos de fabricação da historiografia? Certeau quis enfatizar que o texto historiográfico resulta do complexo de uma fabricação específica e coletiva, não podendo ser tomada como obra de um indivíduo. A figura do historiador como aquele que escreve a história designa sempre um sujeito plural, um “nós” subentendido no lugar deixado em branco ou “não dito” que sustenta o seu discurso. E é precisamente *porque e na medida em que* a historiografia dissimula os lugares/tempos da sua práxis e, podemos acrescentar, torna imperceptíveis os sujeitos que a organizam, que ela adquire sua legitimidade “científica” como forma de representação supostamente não situada da “realidade” do passado. A partir desta forma de se conceber e de se ensinar sobre o que fazem os historiadores, perpetuamos um conjunto de pressupostos epistêmicos supostamente “universais” que se não apagam, no mínimo tornam irrelevantes os marcadores sociais particulares (de gênero, sexo, cor da pele, classe) que condicionam a produção do saber histórico, assim como de todo saber. Como efeito desse processo, aponte em um artigo recente que, na história da disciplina histórica e na história da historiografia, predomina certa naturalização acerca da ausência e da pouca visibilidade da produção intelectual feminina.¹ Durante a minha pesquisa de doutorado sobre as biografias históricas no Brasil do século XIX, eu mesma não vislumbrava qualquer problema no fato de não haver figuras femininas no elenco de autores que, vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, deram início à pesquisa e à escrita da história nacional. Até então, sempre me parecia natural pensar na figura daquele que escrevia a história como um “homem de letras”, vinculado a uma esfera institucional na qual era praticamente inexistente, invisível e até mesmo indesejável a presença feminina. Como a maior parte das alunas formadas no curso de História, me acostumei ao argumento historicista quanto a certas “impossibilidades” históricas que nos leva a compreender (no sentido de aceitar como um dado) as mulheres como componentes pouco visíveis do “social”, porque limitadas à esfera doméstica, como se essa invisibilidade não fosse produzida política e historicamente. A explicação historicista para essa invisibilidade também é uma opção política. Quando, algum tempo depois, tive contato com o livro da Bonnie Smith,

¹ Cf. OLIVEIRA, Maria da Glória de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. *História da historiografia*, v. 11, n. 28, 2018, pp.104-140.

Gender of History, sobre uma escrita “amadora” da história que ela identificava nas obras de autoras norte-americanas e inglesas no século XIX, como Mercy Ottis Warren, Lydia Maria Child e Catherine Macaulay, meu primeiro impulso foi o de buscar produção semelhante no contexto brasileiro.² Foi uma busca de certa forma frustrada, mas que me levou a ter contato com o conjunto vasto de “mulheres de letras” no Brasil oitocentista, excluídas do cânone literário, cuja produção já havia sido, em sua maior parte, “resgatada do esquecimento” e recenseada na área dos estudos literários. Foi então que percebi como a nossa memória disciplinar reforça e naturaliza a invisibilidade da produção intelectual feminina, na medida em que define não apenas autores e obras que podem ser incluídos nos cânones literário e historiográfico, mas, antes de tudo, circunscreve, por meio de apagamentos e exclusões, o que é “literário” e “historiográfico”. Se avançarmos no contexto do século XX, as primeiras mulheres formadas nos cursos universitários de história despontaram no campo intelectual brasileiro marcado pela condição histórica colonial e periférica, cujas dinâmica androcêntrica dificilmente poderia ser superada por simples esforço ou “vocaçãõ” individual. Nos anos 1940, o caso de Alice Canabrava, preterida no concurso para a cátedra de História da América na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/USP, mesmo tendo obtido médias mais altas nas provas do que o professor concorrente escolhido pela comissão julgadora, é emblemático neste sentido.³ Outras figuras dessa chamada primeira geração, formada na USP entre 1940 e 1970, como Olga Pantaleão, Maria Yedda Linhares e Eulália Lahmeyer Lobo, também enfrentaram desafios que, se não foram tão dramáticos como o de Canabrava, tampouco foram menos desafiadores. Tentando responder a sua pergunta, talvez seja infrutífero buscar nas historiadoras dessa primeira geração um discurso contra-hegemônico ou algo próximo a uma crítica da condição feminina na academia. Isso não diminui o valor e a importância dessas autoras para exercitarmos uma leitura das suas trajetórias a partir das ferramentas críticas da teoria feminista de que dispomos na atualidade. Em suma, são historiadoras que merecem ser estudadas e integradas à nossa memória disciplinar não por seu suposto caráter heroico, fundado em uma noção vaga de pioneirismo, mas porque representam trajetórias que se constituíram por escolhas possíveis e não por um voluntarismo livre dos

² SMITH, Bonnie C. **Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica**. Bauru/SP: EDUSC, 2003 [1998].

³ Cf. ERBERELI JUNIOR, Otavio. De preterida a preferida: considerações em torno da trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava (1935-1951). **História da Historiografia**, n. 22, dezembro 2016, pp. 97-115.

constrangimentos estruturais relacionados a gênero, sexualidade, cor da pele e classe social ao qual todas estiveram e ainda estamos submetidas.

[RT] Ainda em diálogo com a questão anterior, é quase consenso na historiografia, ousamos dizer, que a História não é uma produção de conhecimento neutra, contudo subsiste uma crítica contundente aos historiadores que declaram valer-se de uma teoria afeita às lutas sociais e pautadas em tomadas de posição política. Para você, estaria essa resistência ligada a um argumento de manutenção da colonialidade do saber e perpetrador de violência simbólica?

[MGO] Sim, penso que é ainda possível identificar a resistência a certas perspectivas de pesquisa dentro da academia e, neste caso, me refiro, de modo específico, à historiografia de viés explicitamente feminista. Não estou sozinha nesta percepção. É por demais evidente o quanto os movimentos feministas e dos grupos de LGBTQs impulsionaram os estudos de gênero, das feminilidades, masculinidades e travestilidades, através de um intenso e produtivo diálogo interdisciplinar nas últimas décadas. Contudo, o campo historiográfico, como assinalou há alguns anos a professora Joana Pedro, na contracorrente desse processo, ainda se mantém como um dos mais resistentes a esse diálogo. É curioso como, neste caso, parece que o espectro de uma história militante, supostamente não “científica”, continua a nos assombrar. É mais interessante ainda notar que ferramentas conceituais igualmente tributárias de movimentos sociais externos à academia como raça e etnia não parecem sofrer a mesma desconfiança e desqualificação que a categoria de gênero.⁴ Isso pode explicar, em grande parte, o tratamento concedido ao gênero como noção “complementar” e daí o esvaziamento da potência do conceito como chave de leitura dos fenômenos históricos mais amplos. Por exemplo, no âmbito do ensino, por que há tanta resistência em abordar os processos como o da colonização como um ato político generificado, levado a cabo por uma força de trabalho composta majoritariamente por homens brancos recrutados através de ocupações masculinizadas como o serviço militar ou o comércio de longas distâncias? Por que não se inclui nos programas de história moderna o tema do estupro de mulheres em sociedades colonizadas como prática comum da conquista europeia ultramarina? Na

⁴ PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, pp. 270-283.

conjuntura política assustadora que vivemos no Brasil, como se não bastassem as “assombrações” internas próprias a nossa área disciplinar, temos agora que enfrentar os ataques externos, advindos de um governo de direita que faz o jogo perverso da negação, demonizando a palavra “gênero” para denunciá-la como embuste, ilusão e ideologia. Diante disso, temos, no mínimo, duas frentes de batalha a serem enfrentadas. Mas como o debate sobre colonialidade do saber entraria nisso? Na minha visão, as reflexões mais recentes em torno do chamado “giro decolonial”, promovidas pelo grupo Modernidade/colonialidade abrem possibilidades importantes para a crítica à teoria e aos pressupostos epistêmicos da história.⁵ Como um dos desdobramentos diretos desse debate, as reflexões da filósofa argentina Maria Lugones em torno de um feminismo decolonial me parecem centrais para o enfrentamento dessas resistências porque se apoiam no argumento de que o uso compartimentado das categorias de raça, classe, sexo e sexualidade nos leva a uma cegueira epistemológica e a uma incapacidade de enxergar e compreender fenômenos como o do aumento dos índices de violência contra as mulheres. De modo mais específico, frente às demandas dirigidas atualmente à disciplina histórica, não podemos nos contentar mais com a diversificação empírica de objetos de análise e a pluralização de sujeitos da narrativa histórica que se verifica, por exemplo, na profusão de pesquisas em história das mulheres/gênero e estudos africanos, pois já é notório que isso não implica necessariamente uma inflexão crítica dos artifícios epistêmicos que estabelecem e mantêm um “mesmo” como referência universal, regulatória, normativa e excludente de seus “outros”, múltiplos e particulares. Categorias como raça, etnia e gênero não podem funcionar como “adendos” postíços ou conteúdos suplementares, mas devem ser exploradas no sentido de promoverem a refundação do campo historiográfico e do próprio conceito de história. Enfim, a tarefa política e intelectual a ser enfrentada talvez esteja na reabertura de espaços de contestação dos artifícios narrativos e epistêmicos que sustentam as pretensões fundacionais da história como esquema “universal” de representação. Observe que quando falo em contestar artifícios epistêmicos não estou defendendo um “vale-tudo” no sentido de abolir qualquer racionalidade para a produção do conhecimento histórico. Também é importante lembrar que não se trata de um desafio crítico completamente inédito para os historiadores, acostumados a diagnósticos de “crise” que, em diferentes contextos, sempre rondaram a

⁵ Sobre esse ponto, desenvolvi alguns argumentos em OLIVEIRA, Maria da Glória de. A história disciplinada e seus outros: reflexões sobre as (in)utilidades de uma categoria. In: AVILA, A. L.; NICOLAZZI, F.; TURIN, R.(orgs.). **A história (in)disciplinada**. Vitória/ES: Milfontes, 2019, pp. 53-72.

nossa prática acadêmica e disciplinar. O que me parece novo e urgente na situação atual é a retomada da potência crítica mais radical dirigida à condição situada da produção do conhecimento e dos discursos de verdade. Isso implicaria pensar no que Judith Butler chamou de “fundações contingentes” que, para o caso da história corresponderiam a todas as premissas que autorizam, ao mesmo tempo que excluem e domesticam os seus “outros”, funcionando como o inquestionado e o inquestionável da disciplina, presentes não apenas na história pesquisada, mas sobretudo na história ensinada, nas práticas docentes e nos currículos ocultos como mecanismos silenciosos da sua reprodução.